



MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO II - Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão nº xx/2024 (Procedimento Administrativo SEI 0000996-75.2024.6.12.8000) que entrei celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e a empresa
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Pelo presente instrumento, a **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, Órgão Gerenciador de Registro de Preços, situado na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ nº 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, Hardy Waldschmidt, brasileiro, servidor público federal, casado, nomeado(a) pela Portaria Presidência nº 37/2019, de 6 de fevereiro de 2019, publicada no DOU de 7 de fevereiro de 2019, portador da Matrícula Funcional nº 97040012, residente em Campo Grande/MS, com fundamento na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e subsidiariamente pela Portaria Diretoria-Geral TRE/MS Nº 176/2023, resolve celebrar a presente Ata de Registro de Preços com o objetivo de eventual contratação para fornecimento de materiais permanentes ao TRE/MS, órgão gerenciador e órgão participante, em decorrência das propostas apresentadas no Pregão n.º xx/2024.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

- A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto registrar preços para fornecimento de materiais permanentes, que durante a vigência desta Ata de Registro de Preços poderão ser prestados a este Tribunal e demais órgãos participantes e estabelecer demais regras e condições pertinentes ao objeto e forma de contratação.
- A existência de registro de preços não obriga o Tribunal a firmar as contratações que dele poderão advir, nem haverá indenização de qualquer espécie.
- Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições do Pregão de Registro de Preços nº XX/2024, do seu Termo de Referência - Anexo I, e da proposta da contratada, prevalecendo os primeiros.


CLÁUSULA II - DOS FORNECEDORES E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- O fornecedor é o que segue, na ordem de classificação:

1ª Classificada	
Razão Social:	
CNPJ:	Optante pelo Simples (Sim/Não):
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
C.E.P.:	E-mail:
Telefone:	FAX:
Dados do representante legal da empresa	
Nome:	
Cargo:	

- Os serviços, sua descrição, as suas quantidades, bem como, o preço unitário a ser praticado, são os seguintes:

--

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	CATMAT	UNIDADE	MARCA/ MODELO	QDE TRE/MS	QDE 20º RCB	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL TRE/MS (R\$)	PREÇO TOTAL 20º RCB (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	<p>APARADOR DE VIDRO, com as seguintes características mínimas::</p> <p>1) Com estrutura em alumínio, inox ou aço tubular cromado;</p> <p>2) Medindo 1,00 m a 1,15m (comprimento) x 0,40 cm a 0,45cm (largura/ profundidade) x 0,77 a 0,86 m (altura);</p> <p>3) Espessura mínima do vidro 8 mm, transparente com lapidação reta;;</p> <p>4) Com sapatas nos pés.</p>  <p><i>*Imagem meramente ilustrativa</i></p>	303981	UNIDADE		10	0				
2	<p>ARMÁRIO TIPO PANELEIRO, com as seguintes características mínimas:</p> <p>1) em aço;</p> <p>2) com 3 portas;</p> <p>3) altura de 1,70m a 1,95m;</p> <p>4) largura de 30 a 45 cm;</p> <p>5) profundidade de 25 a 30 cm;</p> <p>6) pintura eletrostática em epóxi na cor branca;</p> <p>7) com 4 pés;</p> <p>8) garantia mínima: 1 ano</p>	239105	UNIDADE		10	0				


3	<p>ARMÁRIO GUARDA-VOLUME, com as seguintes características mínimas:</p> <p>1) Estrutura/corpo confeccionada em chapa de aço de bitola de, no mínimo, 1mm de espessura;</p> <p>2) Com 3 portas (medida mínima de cada compartimento: 40 cm de altura, 30 cm de largura e 37 cm profundidade);</p> <p>3) Com fechadura e chave;</p> <p>4) Tamanho total: medida mínima de 1900mm (A) e 345mm (L);</p> <p>4) Prateleiras e portas confeccionadas em chapa de aço de bitola de, no mínimo, 0,6mm de espessura;</p> <p>5) Peças em aço com tratamento anticorrosivo e revestimento externo com pintura eletrostática a pó;</p> <p>6) Estrutura/corpo na cor cinza ou branca;</p> <p>7) Com compartimentos para guarda de volumes, cada qual com porta individual, com sistema de travamento por chave (devem ser fornecidas 2 cópias de cada chave);</p> <p>8) Com furações para ventilação do armário;</p> <p>9) Com pés;</p> <p>10) Garantia mínima de 12 meses.</p>	485661	UNIDADE		10	10				
4	<p>APOIO ERGONÔMICO PARA PÉS, com as seguintes características mínimas:</p> <p>1) material: todo de aço ou estrutura de aço e apoio de polipropileno;</p> <p>2) tamanho mínimo do apoio de 30 x 40 cm;</p> <p>3) com regulagem de altura de 60 a 140mm (poderá ter amplitude maior), com pelo menos 3 níveis diferentes;</p> <p>4) com sapatas emborrachadas;</p> <p>5) em conformidade com NR17.</p>	328454	UNIDADE		20	0				
5	<p>BALCÃO DE COZINHA, com as seguintes características mínimas:</p> <p>1) Material aço e dobradiça/ corrediça da porta em aço</p> <p>2) Com 2 portas e mínimo de 2 gavetas;</p> <p>3) Medidas: 0,80 a 0,90 cm de altura x 1,0 m a 1,10 m de largura e 0,40 a 0,50cm de profundidade;</p> <p>4) Cor branco, pintura eletrostática.</p>	260034	UNIDADE		10	10				

6	BEBEDOURO DE PRESSÃO, com as seguintes características mínimas: 1) Em aço inox (tampo/ serpentina/ corpo); 2) Com 2 torneiras (copo e jato), com regulagem de jato d'água 3) Largura mínima 31cm, altura mínima: 90cm e profundidade mínima 30cm. 4) Tensão 127V; 5) Capacidade para refrigerar 2 litros por hora; 6) Com filtro de carvão ativado; 7) Conexões hidráulicas internas em material atóxico	355955	UNIDADE		30	10				
---	--	--------	---------	--	----	----	--	--	--	--


7	<p>CORTINA ROLÔ COM TECIDO BLACK OUT</p> <p>1) Confeccionada em tecido na cor branca;</p> <p>2) capacidade 100% blackout;</p> <p>3) tecido com composição de fibra de vidro e PVC, resistentes às chamas;</p> <p>4) Suporte de fixação que permite o encaixe do dispositivo de acionamento em diferentes posições, permitindo adequar sua posição conforme o local de instalação de forma a melhorar a ergonomia no manuseio da cortina</p> <p>4) Suporte de fixação que permite o encaixe do dispositivo de acionamento em diferentes posições, permitindo adequar sua posição conforme o local de instalação de forma a melhorar a ergonomia no manuseio da cortina;</p> <p>5) Suportes e parafusos para instalação em aço inoxidável;</p> <p>6) Corrente de acionamento com trava, independente do limite de altura, com baixo ruído. Corrente contínua com esferas plásticas de polietileno em cordão de poliéster na cor branca. Peças e componentes em aço inoxidável;</p> <p>7) Perfil inferior retangular para guia lateral em liga de alumínio extrudado, pintura eletrostática na cor branca, com canal para fixação do inserte plástico soldado no final do tecido e tampas plásticas com encaixe para guia lateral na mesma cor.</p> <p>8) Kit completo: persiana, bandô, comando, cordinha, pendulo, corrente, suporte, buchas, parafusos e manual de instalação;</p> <p>9) Fornecimento sob demanda por metro quadrado;</p> <p>Garantia mínima de 2 (dois) anos contra material defeituoso, vício oculto ou erro de fabricação, contados do recebimento definitivo.</p>	602683	M² (metro quadrado)		200	50				
---	---	--------	---------------------	--	-----	----	--	--	--	--

8	CLAVICULÁRIO (ARMÁRIO ORGANIZADOR DE CHAVES) , com as seguintes características mínimas: 1) Material: material não inflamável, de metal (de aço ou alumínio); 2) Capacidade mínima: 50 Chaves; 3) Acabamento Superficial: Pintura epóxi de alta durabilidade e resistente a oxidação (ou de alumínio); 4) Porta com fechamento à chave; 5) Cor: cinza ou bege; 6) O suporte interno para pendurar as chaves deve vir fixos e não soltos; 7) Com furos superiores internos para fixação na parede.	287992	UNIDADE		10	0				
9	CAVALETE PARA FLIP-CHART E QUADRO BRANCOS , com as seguintes características mínimas: 1) Com prendedor de bloco e regulagem de altura 2) Quadro com Moldura em alumínio; 3) Estrutura em metal (aço galvanizado ou alumínio); 4) Com rodinhas e trava nas rodas; 5) Medidas: quadro - 100 x 70 cm e cavalete com altura entre 180 e 200cm (altura fixa ou ajustável).	273213	UNIDADE		05	0				
10	CARRINHO DE TRANSPORTE DE CARGA , com as seguintes características mínimas: 1) Carrinho de carga dobrável em alumínio - 2 em 1 (uso em L ou uso na horizontal tipo plataforma) 2) Material: alumínio; 3) Capacidade mínima de carga: 225 KG; 4) Quantidade de rodas: 2 (duas); 5) Tipo: dobrável em dois pontos: na armação com redução significativa da altura e no comprimento, com a dobra do nariz; 6) Largura mínima: 53 cm 7) Altura mínima: 125 cm 8) Características adicionais: com extensor na base e com cinta; 9) Produto de referência: carrinho DRIMEC F11-HR-1040 com extensor F3, ou similar; 10) garantia de, no mínimo, 12 meses.	468627	UNIDADE		04	8				

11	CARRINHO PLATAFORMA TELADO PARA TRANSPORTE DE CARGA , com as seguintes características mínimas: 1) Com fundo fechado em aço (piso); 2) Telado; 3) Com porta lateral; 4) Medidas: 80 cm a 1m (A), 60 cm a 80 cm (L) e 80 cm a 130 cm (C); 5) Capacidade mínima: 300 kg; 6) Com 4 rodízios, de 4" a 6"; Produto de referência: TM-65/MARCON, C600/MILT, ou similar.	354978	UNIDADE		6	10				
12	CLIMATIZADOR EVAPORATIVO INDUSTRIAL/COMERCIAL PORTÁTIL , com as seguintes características mínimas: 1) Rodas para fácil deslocamento com travas; 2) Vazão mínima de 5.000 m³/h; 3) Voltagem: 127V; 4) Potência sem necessidade de instalação elétrica específica; 5) Mínimo de três velocidades; 6) Capacidade do reservatório: 70 a 100 litros; 7) Grade frontal com função swing; 8) Funções: climatizador/umidificador e ventilador; 9) Ruído dB(A) nível de potência sonora menor ou igual a 88 dB(A). 10) Garantia mínima de 1 ano.	454101	UNIDADE		10	0				
13	CLIMATIZADOR COMERCIAL/INDUSTRIAL PORTÁTIL , com as seguintes características mínimas: 1) Capacidade mínima do reservatório 100 litros; 2) Abrangência mínima de 150m²; 3) Com pedestal de altura mínima de 1,50m; 4) Com rodízios, portátil, para fácil locomoção; 5) Ruído (dB) de no máximo: 67 dB; 6) Tensão: 110v ou bivolt; 7) Vazão mínima de 12.000m³/h. 8) Cor: preto ou cinza. Produto de referência: Delta 2 com pedestal/Bestbras, ou similar/superior.	454099	UNIDADE		5	0				

14	<p>UMIDIFICADOR DE AR, com as seguintes características mínimas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Sistema de umidificação ultrassônico; 2) Funcionamento sem reposição de água por, no mínimo, 10 horas; 3) Desliga automaticamente quando atinge o nível mínimo de água; 4) Reservatório de água com capacidade para, no mínimo, 3 litros de água; 5) Regulagem de névoa; 6) Alimentação: 110/127volts ou bivolt; 7) Luz indicadora de funcionamento; 8) Operação silenciosa; 9) Garantia de, no mínimo, 12 meses; 	396075	UNIDADE		10	0				
15	<p>CONJUNTO DE POLTRONAS COM BRAÇO DE ALUMÍNIO, com as seguintes características mínimas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Cada conjunto será composto de: 1 unidade de 2 lugares e 2 unidades de 1 lugar, 2) Cor preta, de couro sintético ou courino; 3) Encosto e assento em espuma D23. 4) Capacidade: suportar até 150 kg (poltrona de 2 lugares) e até 120 kg (poltrona de 1 lugar) 5) Pés em alumínio (pelo menos os pés da frente). 6) GARANTIA MÍNIMA DE 1 (UM) ANO.  <p><i>*Imagem meramente ilustrativa</i></p>	239249	CONJUNTO		10	0				
16	<p>ESCADA DE ALUMÍNIO EXTENSIVA 6 DEGRAUS, com as seguintes características mínimas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Material: alumínio; 2) Tipo: doméstica; 3) Quantidade de degraus: 6 ou 7 4) Com sapatas emborrachadas e degraus antiderrapantes; 5) Capacidade mínima: 120 kg; 6) Abertura tipo compasso; 7) Com limitador de abertura no meio da escada; 8) Garantia mínima: 12 meses. 	323193	UNIDADE		10	10				

17	<p>FORNO MICRO-ONDAS, com as seguintes características:</p> <p>1) capacidade mínima de 35 litros</p> <p>2) prato giratório;</p> <p>3) função timer;</p> <p>4) alarme e relógio;</p> <p>5) controles no painel digital;</p> <p>6) trava de segurança;</p> <p>7) alimentação: 110v ou bivolt automático;</p> <p>8) Potência mínima: 1.600W</p> <p>9) garantia mínima de 1 ano;</p> <p>10) faixa de classificação "A" de eficiência energética, certificada pelo INMETRO;</p> <p>11) A Empresa deverá apresentar Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais - CTF-APP do IBAMA.</p>	344161	UNIDADE		10	0				
18	<p>LAVADORA DE ALTA PRESSÃO com acessórios, com as seguintes características:</p> <p>1) Tensão: 110V</p> <p>2) Potência Elétrica de pelo menos: 1800w</p> <p>3) Pressão Máxima de pelo menos: 2000 Psi</p> <p>4) Motor: Indução</p> <p>5) Vazão máxima de, pelo menos, até 420 L/h</p> <p>6) Garantia mínima de 1ano;</p> <p>7) Com os seguintes acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pistola de alta pressão com trava de segurança; - Engate rápido; - Lança com bico de alta pressão; - Mangueira, com, no mínimo, 7 (sete) metros; - Suporte da lança; - Suporte da pistola; - Suporte da mangueira; - Suporte cabo elétrico; - Bico Turbo; <p>Produto de referência: WAP - 4100 TURBO, ou similar ou superior.</p>	617849	UNIDADE		2	9				

19	<p>SOPRADOR TÉRMICO com acessórios, com as seguintes características:</p> <p>1) Número de estágio: 03 estágios</p> <p>a) Primeiro Estágio: Potência: 80 W; Temperatura: 50º C e Fluxo de ar : 500 Litros/min</p> <p>b) Segundo Estágio: Potência: 1.000 W; Temperatura : 350º C e Fluxo de ar : 300 Litros/min;</p> <p>c) Terceiro Estágio: Potência: 2.000 W; Temperatura: 550º C e Fluxo de ar: 500 Litros/min;</p> <p>2) Tensão (V): 110V; 3) Frequência: 60 Hz 4) Segue norma: ABNT NBR IEC 60335-1 e IEC 60335-2-45 5) Com os seguintes acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1 Bocal plano; - 1 Bocal de desvio; - 1 Bocal de ponta; - 1 Bocal de deflexão. <p>Produto de referência: <i>VONDER-STV200, ou similar ou superior</i></p>	452530	UNIDADE	3	0				
20	<p>MESA DE CENTRO RETANGULAR,, com as seguintes características:</p> <p>1) Com pés de metal;</p> <p>2) Tampo de vidro, com espessura mínima de 8 mm, transparente com lapidação reta;</p> <p>3) Com aproximadamente as seguintes medidas: Altura entre 35 a 45cm e larguras: 100cmx60cm (aceita-se variação de + ou - 10 cm em cada lateral);</p> <p>4) Parede da estrutura em alumínio, inox ou aço tubular cromado de 1,5 mm de espessura;</p> <p>5) Garantia de, no mínimo, 01 (um) ano.</p>  <p><i>*Imagem meramente ilustrativa</i></p>	324239	UNIDADE	10	0				

21	<p>QUADRO RETANGULAR, BRANCO com as seguintes características:</p> <p>1) Quadro confeccionado em MDF, com espessura de no mínimo 6 mm;</p> <p>2) O MDF deverá ser sobreposto por laminado melamínico na cor branca com brilho;</p> <p>3) Moldura de alumínio anodizado;</p> <p>4) Medidas de 1,20m por 1,0m;</p> <p>5) Com suporte para apagador.</p> <p>6) A Empresa deverá apresentar Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais - CTF-APP do IBAMA.</p>	458677	UNIDADE		20	20				
22	<p>CONJUNTO DE MESA QUADRADA E 4 CADEIRAS PARA COPA/COZINHA, com as seguintes características mínima:</p> <p>1) estrutura tubular de aço, na cor branca;</p> <p>2) tampo da mesa em pedra granito, na cor predominante cinza;</p> <p>3) tampo quadrado medindo no mínimo 75cm cada lateral;</p> <p>4) com 4 cadeiras:</p> <p>4.1) estrutura tubular de aço, na cor branca;</p> <p>4.2) com assento anatômico em madeira compensada, com espuma revestida em korino (ou material similar);</p> <p>5) pintura eletrostática epóxi;</p> <p>6) garantia do fabricante de, no mínimo, de 6 meses.</p>	399167	CONJUNTO		20	0				

23	DELIMITADOR DE FILA/ Pedestal / organizador/ separador de fila, com as seguintes características mínimas: 1) Material: Aço Inoxidável 2) Formato Suporte: Redondo 3) Peso: 10 a 12 KG 4) Aplicação: Divisor Fluxo 5) Altura: 90 a 100 cm 6) Diâmetro Base: de 30 a 35 Cm; 7) Diâmetro do tubo: de 7 a 10cm 8) Com 3 encaixes para fita retrátil; 9) Com fita azul royal personalizada COM O TEXTO "TRE-MS"; 10) Com 3 encaixes para fita retrátil; 11) Fita com carretel retrátil em ABS e com trava de segurança, na cor azul, com mínimo 2 metros de comprimeto e largura mínima de 5 cm.	237198	UNIDADE		100	75				
24	SOFÁ DE 3 LUGARES - EM COURO NATURAL PARA RECEPÇÃO 1) Estofado (encosto e assento) em espuma mínimo D26 e inteiramente revestido em couro natural , na cor preta; 2) Material da estrutura: madeira reflorestada 3) Dimensões mínimas: 200 x80x64 cm (comprimento x largura x altura); 4) Pés de madeira maciça, com mínimo de 08 centímetros de altura 5) Garantia mínima de 12 meses.	616029	UNIDADE		05	0				

25	REFRIGERADOR DUPLEX, com as seguintes características mínimas: 1) Capacidade Mínima Refrigeração: 400L; 2) Sistema Degelo: Frost Free; 3) Características Adicionais: Descongelamento Automático; 4) Voltagem: 127V; 5) Dimensões: altura máxima de 190 cm, largura máxima de 75cm; 6) COR BRANCA; 7) Garantia mínima: 01 ano da data da entrega. 8) Faixa de classificação "A" de eficiência energética, certificada pelo INMETRO; 9) Produtos que utilizem gases refrigerantes ecológicos; 10) Com 2 portas; 11) A Empresa deverá apresentar Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais – CTF-APP do IBAMA.	431080	UNIDADE	10	4				
26	REFRIGERADOR DOMÉSTICO, com as seguintes características mínimas: 1) Capacidade: 240 A 260 L; 2) Voltagem: 110/127 V; 3) Características Adicionais: Prateleiras Removíveis Com Travas De Segurança; 4) Cor: Branca; 5) Não utiliza CFC (clorofluorcarbono); 6) Temperatura regulável; 7) Com no mínimo 02 pés niveladores/estabilizadores; 8) Faixa de classificação "A" de eficiência energética, certificada pelo INMETRO; 09) Garantia do fabricante de, no mínimo, 01 ano. 10) A Empresa deverá apresentar Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais – CTF-APP do IBAMA.	271827	UNIDADE	25	5				

27	REFRIGERADOR COMPACTO, tipo FRIGOBAR , com as seguintes características mínimas: 1) capacidade líquida total mínima de 100 litros e máxima de 135 litros; 2) cor branca; 3) com porta aproveitável; 4) não utiliza CFC (clorofluorcarbono); 5) temperatura regulável; 6) com no mínimo 02 pés niveladores/estabilizadores; 7) Índice de Eficiência (C/Cp) igual ou inferior a 0,855 (C/Cp é a relação entre o consumo medido no laboratório e o consumo padrão estabelecido por análise estatística, levando-se em consideração o universo de produtos etiquetados em 2001, conforme Tabela do Inmetro); 8) 127 V; 9) garantia do fabricante de, no mínimo, 01 ano. 10) A Empresa deverá apresentar Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais – CTF-APP do IBAMA.	434464	UNIDADE		5	0				
28	SUPORTE MÓVEL PARA TV, com as seguintes características mínimas: 1) Tipo PEDESTAL, com capacidade para suportar TV de 32" até 75"; 2) Com ajuste de altura; 3) Em aço carbono, com acabamento em pintura eletrostática; 4) Rodízios de aço e com trava; 5) Com uma bandeja de apoio para DVD ou Notebook; 6) Com 4 pontos de apoio no piso (4 rodas).	611786	UNIDADE		05	0				
29	TELEVISOR PARA MONITORAMENTO, com as seguintes características mínimas: 1) Televisor-monitor; 2) Tela led de, no mínimo, 40", e, no máximo, 43 (tamanho das tvs em uso); 3) Resolução full hd; com, ao menos, uma entrada hdmi; 4) Bivolt; 5) Tipo: Smart TV; 6) Classe de Eficiência Energética: A; 7) Garantia de, no mínimo, 12 meses. <u>Produto de referência:</u> TV Samsung/UN43J5290AGXZD, ou similar, ou superior.	479242	UNIDADE		6	0				

30	<p>TELEVISOR, com as seguintes características mínimas:</p> <p>1) Tamanho Tela: 55 POL;</p> <p>2) Voltagem: Bivolt V;</p> <p>3) Tipo Tela: Led;</p> <p>4) Acessórios: Controle Remoto;</p> <p>5) Tipo de TV: Smart TV;</p> <p>6) Resolução da tela mínima de 4K (3840x2160);</p> <p>7) Tecnologia LEDUHD, com Wi-Fi integrado, porta Ethernet, mínimo de 3 entradas HDMI, entrada USB, Bluetooth;</p> <p>8) Potência de áudio mínima de 20W, autofalante 2 canais, frequência 60 Hz, com saída de áudio digital;</p> <p>9) Critérios de sustentabilidade: Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19/01/2010, tais como: a) os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;</p> <p>10) Só será admitida a oferta de produto que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, na classe "A", nos termos da Portaria INMETRO nº 332/2021;</p> <p>11) Modelo de Referência: Samsung UN55AU7700GXZD, ou similar</p> <p>12) GARANTIA MÍNIMA DE 1 (UM) ANO</p>	601702	UNIDADE	20	5					
----	--	--------	---------	----	---	--	--	--	--	--

31	<p>TELEVISOR, com as seguintes características mínimas:</p> <p>1) Tamanho Tela: 70 POL;</p> <p>2) Voltagem: Bivolt V;</p> <p>3) Tipo Tela: Led;</p> <p>4) Acessórios: Controle Remoto;</p> <p>5) Tipo de TV: Smart TV;</p> <p>6) Resolução da tela mínima de 4K (3840x2160);</p> <p>7) Tecnologia LEDUHD, com Wi-Fi integrado, porta Ethernet, mínimo de 3 entradas HDMI, entrada USB, Bluetooth;</p> <p>8) Potência de áudio mínima de 20W, aut falante 2 canais, frequência 60 Hz, com saída de áudio digital;</p> <p>9) Critérios de sustentabilidade: Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19/01/2010, tais como: a) os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;</p> <p>10) Só será admitida a oferta de produto que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, na classe "A", nos termos da Portaria INMETRO nº 332/2021;</p> <p>11) Modelo de Referência: Samsung ou similar</p> <p>12) GARANTIA MÍNIMA DE 1 (UM) ANO</p>	603485	UNIDADE		04	0				
----	--	--------	---------	--	----	---	--	--	--	--

32	<p>TORRE/TOTEM DE CARREGADOR COLETIVO, com as seguintes características mínimas:</p> <p>1) Capacidade de carregar, no mínimo, 14 (catorze) celulares ao mesmo tempo;</p> <p>2) Com 6 (seis) cabos instalados: 2 iPhone + 2 Micro USB + 2 Tipo C;</p> <p>3) Com 4 (quatro) tomadas USB;</p> <p>4) Com 4 (quatro) tomadas de 3 pinos;</p> <p>5) Com, no mínimo, 8 (oito) prateleiras de acrílico, com divisórias para armazenar os celulares;</p> <p>6) Bivolt, automático (127/220v);</p> <p>7) Estrutura principal em alumínio ou aço inox;</p> <p>8) Pés ajustáveis;</p> <p>9) Dimensões mínimas da altura da torre com topo: 170 cm;</p> <p>10) Personalização: topo (nome e logomarca TRE/MS, cuja a arte será fornecida no ato da contratação);</p> <p>11) Produtos de referência: Agecom, Totem Carregadores ou similar</p> <p>12) GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES PARA A ESTRUTURA DOS TOTENS;</p> <p>13) GARANTIA MÍNIMA DE 90 (NOVENTA) DIAS PARA OS CABOS.</p>	455733	UNIDADE		4	0				
33	<p>TORRE/TOTEM DE CARREGADOR COLETIVO COM CHAVES, com as seguintes características mínimas:</p> <p>1) Capacidade de carregar, no mínimo, 10 (dez) celulares ao mesmo tempo;</p> <p>2) Com 10 (dez) compartimentos individuais, com chave original e reserva;</p> <p>3) Com cabos múltiplos para compatibilidade com: iPhone - Micro USB - Tipo C;</p> <p>4) Bivolt, automático (127/220v);</p> <p>5) Estrutura principal em alumínio ou aço;</p> <p>6) Personalização: (nome e logomarca TRE/MS, cuja a arte será fornecida no ato da contratação);</p> <p>7) Produtos de referência: Agecom, Santa Carga ou similar</p> <p>8) GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES PARA A ESTRUTURA DOS TOTENS;</p> <p>9) GARANTIA MÍNIMA DE 90 (NOVENTA) DIAS PARA OS CABOS.</p>	455733	UNIDADE		2	0				

34	<p>VENTILADOR OSCILANTE DE PEDESTAL/COLUNA, com as seguintes características mínimas:</p> <p>1) Modelo Comercial;</p> <p>2) Potência mínima de 170W;</p> <p>3) Rotação máxima entre 1300 a 1500 rpm;</p> <p>4) Hélice 3 pás de metal ou plástico injetado;</p> <p>5) Grade removível;</p> <p>6) Ajuste de inclinação;</p> <p>7) Diâmetro da grade: 60 a 70 cm;</p> <p>8) Velocidade variável, com no mínimo 4 posições, sendo uma posição para "desligado" e as demais para diferentes velocidades, ou controle eletrônico;</p> <p>9) Carcaça motor de metal ou plástico;</p> <p>10) Altura de 1,70 - pode ser modelo de altura ajustável, desde que atinja a altura indicada;</p> <p>11) Tensão: 110/127 V ou Bivolt;</p> <p>12) Garantia do fornecedor ou fabricante de no mínimo 01 ano;</p> <p>13) Nível de potência sonora menor ou igual a 88 dB(A) 25, a ser comprovado pelo selo ruído aposto ao produto e/ou à sua embalagem, conforme Portaria Inmetro nº 430, de 16/08/2012, alterada pela Portaria Inmetro nº 388 de 06/08/2013.</p> <p>14) Faixa de classificação " A " de eficiência energética, certificada pelo INMETRO para os 3 níveis de velocidade.</p>	447029	UNIDADE		10	10				
----	---	--------	---------	--	----	----	--	--	--	--

35	VENTILADOR DE TETO , com as seguintes características mínimas: 1) Potência mínima: 130 W; 2) Cor: branco; 3) Rotação máxima: 180 a 460 rpm; 4) Quantidade de pás: 3 ou 4 pás; 5) Área mínima de ventilação: 20 m²; 6) Voltagem: 127v; 7) Com lâmpada; 8) Com controle de ventilação e exaustão; 9) Com controle de velocidade em 3 níveis: mínimo, médio e máximo; 10) Deverá também vir o interruptor e manual de instalação em português ; 11) Faixa de classificação "A" de eficiência energética, certificada pelo INMETRO para os 3 níveis de velocidade. 12) Garantia mínima de 12 meses.	458048	UNIDADE	5	50				
36	MESA DE CANTO QUADRADA , com as seguintes características: 1) Com pés de metal; 2) Tampo de vidro, com espessura mínima de 8 mm, transparente com lapidação reta; 3) Com aproximadamente as seguintes medidas: Altura entre 53 a 58cm e larguras: entre 55 a 60 cm 4) Parede da estrutura em alumínio, inox ou aço tubular cromado de 1,5 mm de espessura; 5) Garantia de, no mínimo, 01 (um) ano.	383014	UNIDADE	10	0				
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO DA DESPESA									



**Imagem meramente ilustrativa*

2.1. As demais normas relativas à descrição e ao fornecimento/prestação dos serviços constam no **CAPÍTULO 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO, 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO e 6. EXECUÇÃO DO OBJETO** do Termo de Referência (Anexo I).

3. As quantidades indicadas no item acima correspondem ao número estimado total a ser adquirido durante a vigência desta Ata.

4. Nos preços registrados estão incluídas todas as despesas concernentes à execução do serviço, tais como: custo de aquisição para revenda, mão-de-obra e materiais e equipamentos necessários à confecção dos materiais e ainda: fornecimento de certidões e documentos, impostos, encargos sociais, taxas, ferramental, equipamentos, assistência técnica, garantia, visitas, embalagens, fretes, lucro, transporte, etc.

5. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. Na existência de fornecedores que aceitem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do vencedor, na sequência da classificação do certame, estes serão indicados, em termo anexo a esta Ata de Registro de Preços, para fins de formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, consoante disposição do art. 18 do Decreto nº 11.462/2023.

CLÁUSULA III -DA FORMALIZAÇÃO E PUBLICIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata será formalizada pelo órgão gerenciador, participante ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo ser observado o Capítulo **CAPÍTULO 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO, 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO e 6. EXECUÇÃO DO OBJETO e 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO** do Termo de Referência.

1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços, se houver, terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

1.2. O instrumento contratual de que trata o item 1.1. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

1.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

2.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

2.2.1. Aceitem cotar os materiais com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

2.2.2. Mantiverem sua proposta original.

2.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3. O registro a que se refere o item 2.2. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na CLÁUSULA VII - DO CANCELAMENTO E DA EXTINÇÃO DO REGISTRO.

6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

7.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

7.3. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

7.4.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

7.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e poderá ser prorrogado por igual período, contemplando a totalidade do quantitativo registrado, mediante anuência do fornecedor e desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.1. Em caso de prorrogação, o quantitativo registrado em ata será renovado.

2. A Ata de Registro de Preços será EXTINTA:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II- pelo cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA V - DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

b - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

c - na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

c.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

c.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação, quando aplicável.

2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

2.2. Na hipótese prevista no item 2.1., o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 28 do Decreto nº 11.462/2023.

2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29 do Decreto nº 11.462/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

2.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto nº 11.462/2023.

3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

3.1. O fornecedor deverá encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 28 do Decreto nº 11.462/2023, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável.

3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no item 3.2., o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto nº 11.462/2023.

3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29 do Decreto nº 11.462/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

3.5. Na hipótese de comprovação do disposto no item 3 e 3.1., o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

3.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto nº 11.462/2023.

4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, a contar da data do orçamento estimado.

4.1. Após o interregno de um ano e mediante pedido do Contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -IPCA/IBGE.

4.1.1. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.1.2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.1.3. Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, nas hipóteses que seguem:

a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;

b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação da avença;

5. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA VI - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

2. O remanejamento somente poderá ser feito:

2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA VII - DO CANCELAMENTO E DA EXTINÇÃO DO REGISTRO

1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
 - a - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
 - b - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - c - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou
 - d - sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
 - 1.1. Na hipótese prevista na alínea "d", caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
 - 1.2. O cancelamento do registro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
 - 1.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
 - a - por razão de interesse público;
 - b - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - c - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto nos itens 2 e 3 da **CLÁUSULA V - DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**.

CLÁUSULA VIII - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será feito por servidor(es) especialmente designado(s), que fiscalizará a execução desta ata, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e comunicará a autoridade superior, quando necessário, para as providências devidas, conforme previsão do Capítulo **7. GESTÃO DO CONTRATO** do Termo de Referência.

CLÁUSULA IX- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Em caso de descumprimento de cláusulas desta Ata, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de **15 (quinze) dias úteis, contado da notificação**.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação na data do envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados nesta Ata, e nos casos de incorreções de menor gravidade, sempre que não se justificar imposição de penalidade mais grave, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa nesta Ata ou no atraso na entrega dos materiais em até 5 (cinco) dias úteis.

3. Será aplicada **MULTA**:

- a) a) de **0,5%** (meio por cento) sobre o valor total empenhado, **por dia de atraso e por item, no fornecimento de material**, em caso de atraso superior a 5 (cinco) dias úteis, contado desde o primeiro dia de atraso e limitada ao montante de 20% (vinte por cento) correspondente a 40 (quarenta) dias. Após o quadragésimo dia de atraso, a Administração poderá motivadamente, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total desta Ata, passível de cancelamento do registro de preços;
- de **10%** (dez por cento) sobre o valor total empenhado, para o item, caso não queira assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;
- b) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total empenhado, para o item, por ocorrência, no caso de **não emissão/envio de documento necessário ao pagamento**;
- c) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total empenhado, para o item, no caso de **desatendimento de cláusulas** desta Ata ou do Termo de Referência, não contempladas nos itens acima desta Cláusula.
- d) de **30%** (trinta por cento) sobre o valor total estimado da contratação, para o item, se a contratada **recusar-se a receber Nota de Empenho ou fornecer material ou prestar serviço sem motivo consistente** devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições estabelecidas, levar o Tribunal ao cancelamento desta ata, podendo ser cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 3.2 e 3.3 abaixo;

3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, em prazo não inferior a 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

3.6. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

3.7. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

3.8. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com quaisquer das demais penalidades previstas neste instrumento.

4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a União, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando o contratado:

a) der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) der causa à inexecução total da contratação;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

5. Será aplicada a penalidade de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** quando o contratado:

a) prestar declaração falsa durante a execução da contratação;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

5.1. Também será aplicada a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, nas hipóteses previstas no item 4, quando justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

5.2. Aplicada a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, o contratado estará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

5.3. A aplicação da penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE é de competência exclusiva da autoridade máxima do TRE/MS

6. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula serão apuradas nos termos da em processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

6.3. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere **o caput** deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

7. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

8. A aplicação das sanções aqui previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11. As sanções de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** e **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** admitem reabilitação, exigidos, cumulativamente:

- I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II - pagamento da multa;
- III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

12. Da aplicação das sanções **ADVERTÊNCIA, MULTA E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

12.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13. Da aplicação da sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)/Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 3.7.

16. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente.

17.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos decorrentes desta contratação ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

19. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

20. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 1 da CLÁUSULA VI - DO CANCELAMENTO E DA EXTINÇÃO DO REGISTRO, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA X - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

1. Durante a vigência da ata e ENQUANTO HOUVER SALDO REGISTRADO, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- b - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no [art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021](#); e
- c - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

2. A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4. O prazo previsto no item 3 poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste artigo.

6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA XI - - GERENCIAMENTO E OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

1. O Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de preços será o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.
2. São obrigações do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, dentre a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, as seguintes obrigações:
 - a) Gerenciar a presente ata, indicando sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.
 - b) Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;
 - c) Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;
 - d) Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF.

CLÁUSULA XII - DAS DEMAIS CONDIÇÕES

1. Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omissa, pelas disposições constantes na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelas condições estabelecidas pelo no Edital do Pregão Eletrônico do qual ela se originou.
2. As normas relativas a condições da execução do serviço e entrega do material, emissão de nota fiscal/fatura, pagamento, direitos e deveres das partes, bem como, outras pertinentes à contratação constam do Edital e do seu Termo de Referência - Anexo I.
3. **Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação;**
4. **Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de email válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o email, acusando expressamente o recebimento da mensagem. Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido na data de envio da correspondência eletrônica.**

CLÁUSULA XIII -DO FORO

1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente contratação, é competente, na forma da Lei, o foro da Justiça Federal de Campo Grande - MS, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Campo Grande/MS, xx de xxxx de 2024.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN, Chefe de Seção**, em 01/10/2024, às 14:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1740370** e o código CRC **8A050784**.



0000996-75.2024.6.12.8000

1740370v2